

É hora de criar o controle popular

O jurista e professor Fábio Konder Comparato critica o Governo Lula, por este seguir a mesma política de seu antecessor. E aponta para a necessidade de uma grande mobilização e pressão da sociedade brasileira, visando a criação do que ele chama de “instrumentos de controle popular da atuação dos governantes”. Autor de vários livros e premiado diversas vezes e por diferentes instituições, pela sua atuação em defesa dos direitos humanos, o professor falou com exclusividade ao *JE*.

Páginas 8 a 10

**Celso Furtado e os
desafios da nova geração**

Página 3

**Em defesa das nossas
reservas estratégicas**

Página 7

**A “comoção nacional”
da taxa de juros**

Página 11



EDITORIAL

Criar o controle popular

Criar o controle popular das ações governamentais, através da organização de entidades da sociedade civil, como OAB, CNBB, CMP e outras, em um fórum conjunto capaz de iniciativas e de cobranças junto aos governantes.

A proposta é defendida pelo professor de Direito Constitucional Fábio Konder Comparato, em entrevista a esta edição do *JE*. Para ele, esta ação de “controle popular” sobre os órgãos de Estado não pode ser feita pelos partidos políticos, “que não servem para isso”.

Ele defende, então, que seja criado “um poderoso grupo de pressão”, a partir da reunião de entidades civis e dos movimentos sociais, de forma a mobilizar a sociedade com vistas “a criar em nosso sistema jurídico os instrumentos de controle popular da atuação dos governantes”.

Apesar de reconhecer a superioridade do Governo Lula em relação ao seu antecessor,

Fernando Henrique Cardoso, “que quebrou as pernas do Estado brasileiro”, o professor Fábio Comparato, contudo, não se esquivava em apontar o governo atual como submisso “aos ditames do finado Conselho de Washington, que o ministro Palocci lhe transmitiu”.

Crítico da política de sucessivos e permanentes superávits, ele alerta que se continuar este tipo de procedimento o país nem conseguirá recursos para os investimentos que necessita e tampouco irá saldar a volumosa dívida do país. “Temo que haja um erro de conta: para saldar a dívida pública a esse ritmo precisaríamos de pelo menos um século”, afirmou o jurista ao *JE*.

“A sorte dos atuais governantes é que eles vivem no presente. Daqui a 30 anos, se tanto, essa sua política será definida como crime contra o povo”.

No que concordamos em gênero, número e grau. ■

Errata

Na página 7 da última edição do *JE*, na matéria sob título “É preciso fazer o controle de capitais”, os dados do último parágrafo estão incorretos. Na verdade, o professor Ricardo Carneiro, recorrendo a dados do IBGE, alertou para a queda no consumo das famílias, que depois de crescer 0,4% em 2002, em comparação a 2001, caiu 3,3% em 2003, em comparação com 2002. A queda de 1,5% foi do PIB *per capita*. Pedimos desculpas aos leitores e ao professor. O Editor.

Sumário

Página 3 Os desafios da nova geração – Celso Furtado ▶

Página 5 Os investimentos em P&D
Pedro Paulo Felicíssimo e Rogelio de Castro Pere

Página 7 Em defesa de nossas reservas estratégicas
Clube de Engenharia

Página 8 Entrevista – Fábio Konder Comparato

Página 11 Taxa Selic – Manter ou não o país em comoção – Leonardo Condujú

Página 15 Fórum Popular de Orçamento – Gastos com o Pan maiores que em 2003

Página 16 Economista lança livro sobre a teoria dos jogos
Cursos do Corecon para o segundo semestre de 2004



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pasotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

MENSAGEM Celso Furtado

Hoje aqui se reúnem economistas de muitos países para trocar experiências e refletir sobre os graves problemas que afligem o mundo em desenvolvimento face ao modelo neoliberal imposto pelo processo de globalização. Num passado não muito remoto, encontros como este mais pareciam conciliábulos, a que tinham acesso apenas alguns iniciados.

Hoje, graças ao avanço das técnicas da informação, os temas que aqui serão tratados vêm sendo discutidos em redes virtuais, como esta que co-organiza o seminário – junto com o Instituto de Economia da UFRJ e a CEPAL. Seus membros, professores e universitários, dispõem assim dos meios mais adequados para dar continuidade e aprofundar o confronto de idéias, e também para levar ao conhecimento da opinião pública informações valiosas que, com frequência, os centros de poder mantêm fora de toda visibilidade.

Para alimentar os debates que se seguirão, me permitam tratar de questões que, só à primeira vista, parecem especificamente brasileiras. Na verdade, são problemas comuns à grande parte dos países em desenvolvimento.

Um caso de mau desenvolvimento

À diferença do que ocorria há quase meio século, quando me coube assumir a pasta de Planejamento, no governo Federal, e dirigir a elaboração do Plano Trienal, hoje dispomos de um aprofundado conhecimento das estruturas econômicas e sociais do nosso país. Graças a esse conhecimento, fez-se evidente que no Brasil não houve correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento. É mesmo corrente a afirmação de que o país seria um caso conspícuo de mau desenvolvimento.

Poucas regiões do Terceiro Mundo terão alcançado, nos anos 50 e 60, uma taxa de

Os desafios da nova geração



crescimento tão elevada e terão realizado um processo de industrialização tão intenso. A participação do investimento no produto interno brasileiro nesse período atingiu níveis raras vezes igualados, e traduziu um considerável esforço de acumulação, particularmente nos setores de transportes e energia.

Porém, nesses anos e nos decênios seguintes, os salários reais da massa da população não refletiram o crescimento econômico. A taxa de subemprego invisível, isto é, de pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal, manteve-se surpreendentemente alta. E, mais grave, a grande maioria da população rural pouco ou nada se beneficiou desse crescimento.

É verdade que, no período referido, a classe média, antes raquítica, passou a ocupar um espaço crescente. No entanto, a emergência de uma classe média afluyente, em meio à pobre-

za, quando não miséria, de praticamente um terço da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida.

Se os 20 anos de regime militar agravaram o mau desenvolvimento, cabe-nos indagar por que, agora que a prática da democracia está incorporada à sociedade brasileira, ainda parece tão difícil promover mudanças nesse quadro.

Para se tracejar uma tentativa de resposta, não é demais relembrar certas idéias elementares: o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva

melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

A recessão desmedida

No caso brasileiro, há que se enfrentar o problema que condiciona tudo o mais: a recessão. É consensual a afirmação de que a crise que o Brasil enfrenta tem causas múltiplas e complexas, mas talvez nenhuma seja de tanto peso como o descontrole, por parte de sucessivos governos, das alavancas econômico-financeiras.

A recessão que se abate atualmente sobre o Brasil tem sua principal causa no corte desmedido nos investimentos públicos, o que gera efeitos particularmente nefastos nas regiões mais dependentes de aplicações do governo federal.

Forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade.

Compreende-se que esses beneficiários defendam seus interesses. O que não se compreende é que nós mesmos não defendamos com idêntico empenho o direito a desenvolver o país. A continuar prevalecendo o ponto de vista dos “recessionistas”, aqueles que colocam os interesses dos nossos credores acima de outras considerações na formulação da política econômica, teremos de nos preparar para um prolongado período de retrocesso econômico, que conduzirá ao desmantelamento de boa parte do que se construiu no passado.

A experiência nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau desenvolvimento. Em contrapartida, se conseguirmos



satisfazer essa condição básica que é a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento, terá chegado a hora da verdade para todos nós. Duas frentes seriam, em meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. É corrente que se diga que a reforma agrária constitui um avanço no plano social, mas envolve um elevado custo econômico. Essa é uma visão equivocada.

O verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. As reformas agrárias que desembocaram na coletivização das terras fracassaram, do ponto de vista econômico, pois as estruturas agrárias tradicionais engendram a passividade, razão pela qual sub-utilizam o potencial produtivo do mundo rural; e a grande empresa agrícola moderna pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens no plano operacional em setores circunscritos da atividade agrícola.

No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão-de-obra não especializada.

Uma nova estrutura agrária deverá ter como principal objetivo dar elasticidade à oferta de alimentos de consumo popular. Trata-se de uma pré-condição mas que por si só não assegura o desenvolvimento. Este pressupõe a existência do que os economistas costumam chamar de “motor”, ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema. Vale dizer: não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico. Seu impulso dinâmico vem da harmonia interna do sistema produtivo em seu conjunto, o que só se torna possível com a industrialização. O problema crucial é definir o tipo de industrialização capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento.

Não pretendo traçar aqui nem sequer um esboço de política industrial para o país. Gostaria apenas de lembrar um ponto. A unificação do mercado nacional, alcançada nos anos 30, foi exigência de um certo estágio de industrialização. Seus efeitos negativos nas áreas de tecido industrial mais frágil puderam, por algum tempo, ser amortecidos graças aos elevados custos dos transportes inter-regionais.

Desde os anos 50, os transportes passaram a ser amplamente subsidiados, mediante a construção de estradas a fundo perdido e uma política de baixos preços de combustíveis. Hoje, estamos em outro estágio, e o país deveria se voltar para a industrialização que lhe dê acesso às tecnologias de ponta. Mas a questão de fundo não deve ser esquecida: qualquer política de industrialização no Brasil tem de levar em conta a dimensão continental e as peculiaridades regionais do país.

Não é por arrogância que me atrevo a falar a meus colegas economistas em tom conselheiro. A idade não nos outorga direitos, mas a experiência nos arma para enfrentar muitos dissabores. Sabemos que uma luta dessa magnitude só terá êxito com a participação entusiástica de toda uma geração. A nós, cientistas sociais, caberá a responsabilidade maior de velar para que não se repitam os erros do passado. Ou melhor, para que não voltem a ser adotadas falsas políticas de desenvolvimento cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos. ■

* Texto apresentado na III Conferência Internacional da RedCelsoFurtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004. Este texto não pode ser reproduzido em todo ou em parte em nenhum suporte sem a prévia autorização do autor.

POLÍTICA INDUSTRIAL Pedro Paulo Silveira Felicíssimo* e Rogelio de Castro Perez**

Os investimentos em P&D e as MPE's de Base Tecnológica

Quando o Governo Lula acena com uma proposta de uma nova política industrial para o Brasil, uma empresa automaticamente aflui ao pensamento empresarial brasileiro: a Petrobras.



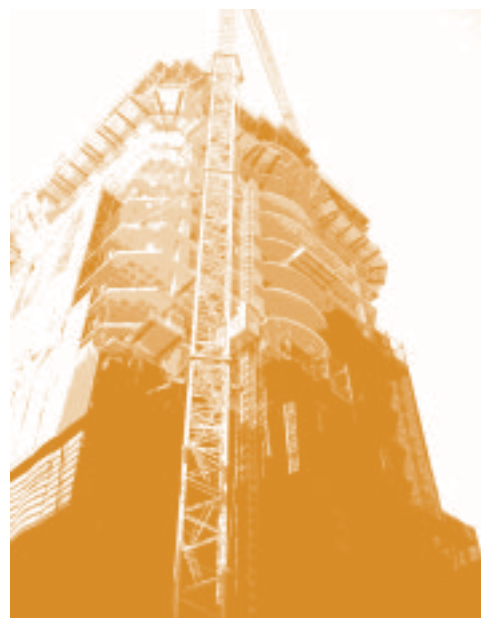
350 empresas brasileiras (Embraer, Marcopolo, Gerdau, Votorantim, Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, citando apenas algumas das principais) passa a ser uma realidade a se considerar em qualquer planejamento estratégico visando a elaboração de uma nova política industrial para o país.

No entanto, as questões primordiais que se colocam agora ao debate para o setor público e privado, na questão da elaboração e planejamento para uma nova fase de desenvolvimento industrial, são: por que os benefícios dos processos de internacionalização na economia brasileira não refletiram em crescimento do Produto Interno Bruto nos últimos anos. Por que não houve recuo nas taxas de desemprego industrial? Quais são as medidas necessárias para a retomada a um desenvolvimento sustentável?

As respostas podem ser encontradas a partir de um estudo dos economistas da *Alliance Capital Management LP*, de Nova York, que demonstra que as quedas nos percentuais

Modelo e símbolo da expansão do desenvolvimento da indústria nacional desde a mudança para uma política de substituição de importações, na década de 50, a Petrobras, no primeiro semestre de 2003, recolheu impostos, taxas, *royalties* e participações governamentais em torno de US\$ 10 bilhões. Somente em 2002, proporcionou cerca de US\$ 400 milhões em *royalties*, contribuindo para o desenvolvimento de 820 municípios, em 15 estados brasileiros.

Dos investimentos que realizará nas compras de serviços, materiais e equipamentos previstos em cerca de US\$ 24 bilhões para os próximos cinco anos, cerca de 80% deverão ser realizados internamente. A presença da empresa no mercado internacional, em 12 países das Américas e da África, somando investimentos de US\$ 116 milhões e um lucro líquido de US\$ 134 milhões, no 1º semestre de 2003, comprova que o sucesso dos processos de internacionalização da Petrobras e de mais



de empregos industriais estão ocorrendo a nível mundial, em quase todas as economias dos países mais industrializados. Entre 1995 e 2002, no Brasil, 20%; no Japão, 16%; na China, 15%; e nos EUA, 11%, atingindo o número expressivo de dois milhões de postos de trabalho desativados na indústria.

A posteriori

A origem deste fenômeno também pode ser explicitado na análise do Professor Theotônio dos Santos, da Universidade Federal Fluminense, especialista em comércio internacional: a globalização da economia está estreitamente relacionando e incorporando aos processos de produção das empresas as inovações tecnológicas decorrentes da revolução científica-técnica, incrementada a partir da década de 80, quando as economias dos países centrais passaram por um período de retração dos investimentos externos (crise do petróleo

de 74 e 79), e direcionaram esses investimentos públicos e privados internamente para a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

A introdução destas novas tecnologias à produção industrial “*a posteriori*”, reduziu a quantidade necessária de mão de obra nas indústrias de ponta, exigindo em contrapartida um maior grau de especialização. E quais seriam as soluções para o desemprego estrutural e a retomada do desenvolvimento da indústria nacional?

Para os especialistas na área de engenharia naval, *offshore*, na área petrolífera, o desafio maior é o de recuperar a atividade da indústria nacional de fornecedores de insumos tecnológicos de pequenos e médios portes, recompondo os quadros de engenharia, projetos, planejamento e gerenciamento das cadeias logísticas de suprimentos. Isto significa dar um grande salto na logística internacional, de potencial importador de peças e equipamentos para exportador de tecnologias, realizando um trabalho de desenvolvimento de fornecedores nacionais para bens e insumos, com tecnologia própria através de uma completa interação com os meios acadêmicos e os centros de pesquisas e desenvolvimento das universidades (vide o sucesso em outros países das incubadoras de empresas de base tecnológica).

Modelo das incubadoras

Os impactos de investimentos em P&D nas pequenas e médias empresas de base tecnológica, que são as grandes fornecedoras

destas tecnologias e insumos para os setores industriais e as maiores responsáveis pela manutenção dos níveis de emprego nacional, podem ser avaliados a partir da experiência internacional de alguns países, que excepcionalmente, apresentaram crescimento do emprego industrial no período 1995-2002, exemplos da Espanha, Canadá, Taiwan, México, Holanda e Austrália e de suas políticas de incentivos fiscais ao desenvolvimento das PME's, em especial, nos modelos das incubadoras de empresas. Comparando, por exemplo, Canadá, Espanha e Brasil, (levando em consideração o tamanho dos mercados), temos:

Despesas com P&D em % do PIB (dados de 1992 – fonte OCDE)

Canadá	1.51%
Espanha	0.85%
Brasil	0.52%

Canadá – possui uma das mais ativas e antigas políticas de incentivos fiscais aos investimentos em tecnologia (desde a década de 40), a maioria, concentrada na área tributária. É permitido deduzir integralmente os gastos de capital e até duas vezes o total das despesas correntes em P&D. É também autorizada a depreciação acelerada das despesas de capital. Créditos fiscais são concedidos sobre as despesas de custeio em P&D, que variam entre 20% e 35% de acordo com

o porte e a localização das empresas. Todavia, esses estão limitados a 50% do imposto devido e podem ser diferidos em até cinco anos. São também consideradas despesas dedutíveis aquelas que estejam diretamente vinculadas à atividade de P&D da empresa, aos pagamentos efetuados a universidades, custos de pesquisa e a outras empresas.

Espanha – realizou mudanças significativas na sua política industrial, priorizando o apoio as PME's e ao tratamento coletivo das mesmas. Foi formulada uma política de corte horizontal, por meio de medidas de desenvolvimento, da articulação dos agentes envolvidos ou mesmo da desburocratização de procedimentos e maior logística.

A organização do Estado interfere na institucionalização e formulação das políticas das empresas, não as dissociando da política de desenvolvimento local.

A estrutura empresarial é largamente dominada pelas PME's (99,9%), respondendo por cerca de 80% da mão de obra empregada. As políticas de apoio às PME's de base tecnológica estão vinculadas à Secretaria de Estado de Economia, de Energia e das PME's, órgão do Ministério da Economia. Dentre as suas principais funções estão: desenvolvimento e gestão, parcerias públicas-privadas em programas de qualidade, desenho, inovação, informática, meio ambiente, novas tecnologias e acesso a novos mercados.

Conclusão – portanto torna-se necessário que o planejamento de uma nova política industrial para as próximas décadas, leve em consideração e tenha como prioridades, a recomposição dos quadros da indústria nacional de fornecedores de insumos tecnológicos, em especial, as PME's de base tecnológica, dos centros de pesquisa e de suas incubadoras de empresas, beneficiando, reduzindo a vulnerabilidade externa e ampliando a competitividade internacional em setores estratégicos (Petróleo, Aeroespacial, Química, Petroquímica, Indústria Naval, Construção Civil, Engenharia e Indústria Automobilística, citando apenas alguns dos mais importantes) e ao mesmo tempo incentivando os investimentos em P&D, através de uma política fiscal e de financiamentos eficiente e reduzindo o impacto do desemprego estrutural. ■

ESSA PROMOÇÃO VAI DAR O QUE FALAR: APARELHOS POR APENAS R\$ 1.



PROMOÇÃO EXCLUSIVA PARA ECONOMISTAS REGISTRADOS
Os economistas interessados na promoção, deverão comparecer na loja Oi, situada na Rua do Bandeira, 80 - Centro/NJ, levando consigo os seguintes documentos: identidade, CPF, comprovante de residência, cartão-chefe, carteira do Cartão/NJ e anexo de paga.

oi

*Economista e Consultor em Comércio Exterior

**Graduando em Economia

Universidade Federal Fluminense.

6ª RODADA DE LICITAÇÕES DA ANP Clube de Engenharia*

Em defesa de nossas reservas estratégicas

Na última reunião da *Offshore Technology Conference (OTC)*, realizada no início de maio, em Houston (EUA), discutiu-se num painel as perspectivas de esgotamento do petróleo, desde a previsão feita pela chamada curva de Hubbert, de 1956, até estudos internacionais mais recentes. O preço do petróleo vem crescendo, tendo atingido a marca recorde de mais de US\$ 41 por barril, não havendo grande perspectiva de volta a seus valores históricos anteriores. O agravamento do conflito no Oriente Médio e no Iraque também não deixa margem para uma visão otimista de queda dos preços. Confirmando as previsões de 1956 do Dr. King Hubbert, geólogo da *Shell Oil Company*, a produção americana passou por um pico, em 1970, depois do que só tem decrescido. Da mesma forma, a produção de óleo na porção inglesa do Mar do Norte, maior reserva descoberta nas últimas décadas, já passou por um pico de produção, em 1988, com 12,3 milhões de toneladas, caindo, em maio de 2001, para 9,8 milhões de toneladas, ou seja, uma queda de 21,5% em apenas dois anos e meio.

Na década de 70, as grandes corporações perderam as últimas concessões que tinham na Venezuela e no Oriente Médio. Após 100 anos de domínio absoluto, elas se depararam sem reservas de petróleo para gerir seus negócios.

Mais recentemente, em 1990, a chamada “guerra do Golfo” se transformou em um conflito de proporções, envolvendo as grandes potências, porque no Kuwait estão 9,3% das reservas de petróleo do planeta. A própria guerra do Iraque tem como pano de fundo a necessidade de os EUA e países desenvolvidos manterem o domínio sobre essas reservas críticas. Isto mostra que o petróleo não é uma *commodity* qualquer, mas sim um recurso estratégico.

Dentro desse quadro, em almoço-conferência realizado na OTC, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, anunciou que, em agosto próximo, o Brasil vai promover a Sexta Rodada de Licitação. Para tal serão colocados em leilão blocos localizados em Bacias Maturas (bacias terrestres Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo); Bacias de Fronteira Tecnológica (Foz do Amazonas, Costa Pará-Maranhão, Barrerinhas, Camamu-Almada, Jequitinhonha e Pelotas) e Bacias de Alto Potencial (Campos, Santos e Espírito Santo).

Antes da reunião da OTC, o Clube de Engenharia enviou carta à ministra, alinhando os pontos acima abordados e solicitando o adiamento desse leilão, para que o país pudesse definir melhor uma política de incremento de nossas reservas de petróleo e, em consequência, selecionar melhor os blocos a serem licitados. Manifestamos também a preocupação com a exploração predatória de nossas reservas de petróleo e a colocação em leilão de áreas já descobertas e exploradas pela Petrobras.

Ou seja, expressamos a nossa discordância quanto a se leiloar blocos nas áreas como as Bacias de Campos e Santos, disponibilizando para as empresas internacionais o conhecimento de anos de trabalho exploratório e fruto de tecnologia desenvolvida exclusivamente pela Petrobras.

O Conselho Diretor do Clube de Engenharia aprovou, em reunião de 10/05/2004, documento sobre a política de petróleo em que reforça a posição antecipada pela diretoria, recomendando a suspensão da Sexta Rodada de Licitação da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Revisão da lei

Se interessar ao país ter investimentos estrangeiros no setor petróleo, eles devem ser feitos nas áreas ainda não exploradas. Não se justifica colocar em leilão áreas onde a Petrobras fez grandes investimentos de pesquisa, pois isto é um ativo do país que deve ser valorizado. Sabemos que a Petrobras teve que devolver à ANP os chamados blocos azuis, caso do BC-60, onde encontrou 2 bilhões de barris na parte norte do bloco, que agora poderão ir à leilão.

A flexibilização do monopólio estatal do petróleo, através da lei 9478/97, precisa ser revista naquilo que confere liberdade de exportação do óleo encontrado, afetando a manutenção das reservas nacionais de petróleo. A lei prevê atuação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que precisa ter o seu papel reforçado, sendo necessário para isso modificar a redação dos artigos 26, 56 e 60, conferindo a ele um papel decisório nas questões relativas à importação e exportação de petróleo, diante da necessidade estratégica de assegurar o aumento de nossas reservas.

Precisamos mobilizar os engenheiros em torno desta luta, a qual deve ser também de todos os brasileiros e do Congresso Nacional, a quem cabe efetuar as alterações na Lei 9478/97.

As reservas brasileiras são capazes de atender à demanda atual por cerca de 18 anos, respondendo a produção da Petrobras por 80% das necessidades do país, com a possibilidade de atingir a auto-suficiência nos próximos três a quatro anos. Não podemos colocá-las em risco com uma política que permita acesso irrestrito às áreas já pesquisadas e mapeadas pela Petrobras. ■

* Publicado no Informativo da Aepet, de junho último.



ENTREVISTA Fábio Konder Comparato, professor de Direito Constitucional da USP.

Aos 67 anos de idade, o professor de Direito Constitucional Fábio Konder Comparato é, hoje, uma voz destacada no país. Suas palavras são ouvidas com especial atenção. Doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra e doutor em Direito da Universidade de Paris, nesta entrevista ele retoma a discussão do controle popular sobre o governo. Para ele, é hora de entidades do movimento social como OAB, CNBB, CMP e outras se articularem para influir nos rumos do governo.

Jornal dos Economistas – Como avalia as modificações introduzidas na Constituição do país, na última década?

Fábio Konder Comparato – Quando elaborei, em 1985, um anteprojeto de Constituição para o Brasil, a idéia central foi a de se reorganizar o Estado para conduzir a política de desenvolvimento nacional. Daí o fato de ter previsto, como órgão independente, situado no mesmo nível do Executivo e do Legislativo, uma Superintendência Nacional de Planejamento, que seria incumbida de elaborar o projeto de desenvolvimento para o país, submetendo-o à aprovação do Congresso Nacional, bem como de supervisionar a sua aplicação. A idéia foi rejeitada até mesmo pelo PT, que me havia pedido a elaboração do anteprojeto. Como todos sabem, vivemos há décadas sem um projeto para este país, que continua, pois, à deriva, sofrendo, sem poder reagir, as pressões externas que se avolumaram extraordinariamente desde o início da era da globalização capitalista. Como

bem diz a sabedoria popular, “marinheiro sem rumo, nem vento ajuda”. Tanto o Executivo, quanto o Legislativo vivem absorvidos pelas questões conjunturais, ou mesmo do dia-a-dia. Não é deles que se pode esperar uma política de longo prazo. Raramente encontramos, nesses órgãos, verdadeiros estadistas. Ora, como dizia Churchill, a diferença entre o estadista e o simples político é que este se preocupa com as próximas eleições, ao passo que o estadista se preocupa com as próximas gerações. A partir dos anos 80, submetemo-nos, de corpo e alma, aos ditames do chamado “Consenso de Washington”, alienando a estrangeiros o controle das empresas estatais, liberando o fluxo de capitais, reduzindo unilateralmente as tarifas de importação e, sobretudo, aumentando de maneira irresponsável o endividamento público do país. O resultado dessa política suicida tem sido demonstrado na contabilidade nacional: baixo crescimento econômico e agravamento da injusta distribuição de renda.

É hora de cr

JE – Do ponto de vista constitucional, quais são os limites para a governabilidade tão reclamada pelo Executivo?

FKC – Grande parte dos 48 remendos praticados na Constituição, desde a sua promulgação (média de mais de três por ano!), agravou o problema da centralização irresponsável de poderes na chefia do Executivo, o qual sempre foi entre nós um órgão dominante e irresponsável. Atualmente, mais de 90% das leis promulgadas (incluindo-se as provenientes de medida provisória) são de iniciativa do Poder Executivo. A isto, no entanto, os corifeus do regime presidencialista chamam de “governabilidade”, quando, na verdade, ela torna o país propriamente ingovernável. Quando tudo, numa grande empresa, depende das decisões de uma só pessoa, o risco de ineficiência ou de abuso de poder é manifesto. Com muito maior razão, o mesmo ocorre no governo de um país. O resultado é que os presidentes da República tendem – não só aqui, aliás, mas também em todos os países latino-americanos e mesmo nos EUA – a ser simples fachada do governo. Eles atuam na vida política com base no seu prestígio pessoal (ou carisma, como dizem os seguidores de Max Weber). Quando esse prestígio diminui ou desaparece, o governo entra em colapso. Nos EUA, o exemplo mais marcante dessa falsificação presidencial foi dado pelos oito anos do mandato de Ronald Reagan: o presidente era um fantoche, manobrado pela equipe governamental. O atual presidente Bush segue pelo mesmo caminho, com a agravante de que tem muito menos carisma que Rea-

gan. Entre nós, com estilos diferentes, aconteceu o mesmo com Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Antes tínhamos o efetivo governo Malan, manobrando por trás do prestígio intelectual do “príncipe dos sociólogos”. Agora temos o efetivo governo Palocci, desenvolvendo políticas ultraconservadoras, sob o escudo do declinante prestígio de um dos maiores líderes populares que o país já teve. A tese da chamada governabilidade foi levantada, como todos sabem, pela Comissão Trilateral (que reunia personalidades influentes dos EUA, Europa Ocidental e Japão), nos anos 70 do século XX, para sustentar que o Estado do Bem-Estar Social punha em risco a democracia, pelo fato de criar encargos financeiros excessivos para o funcionamento dos Poderes Públicos, sem estimular a produção. Propunha-se, portanto, reduzir ou mesmo suprimir de todo o poder de interferência do Estado no funcionamento normal dos mercados, e suprimir os direitos humanos de caráter econômico e social. Ora, a grande questão que se põe, hoje, no mundo todo e particularmente em nosso país, é a de se criar uma soberania popular efetiva e não puramente simbólica. E isto só será conseguido quando tivermos organizado um verdadeiro poder de controle do povo sobre o funcionamento de todos os órgãos do Estado, no sentido de: 1) fixação dos grandes objetivos nacionais; 2) fiscalização permanente da atuação dos agentes públicos, perante a Constituição e as leis; 3) responsabilização de todo e qualquer agente público diretamente pelo cidadão, e não apenas pelos seus representantes políticos, ou pelo Ministério Público.

“A tendência é para uma gestão medíocre da coisa pública. Mas o Governo Lula é e será muito superior ao de FHC”

iar o controle popular

JE – O governo Lula tem dado seqüência às políticas do seu antecessor. O senhor concorda com esta avaliação?

FKC – O lamentável é que o Presidente da República aceitou *in totum*, de modo consciente ou inconsciente (pouco importa), os ditames do finado Consenso de Washington, que o ministro Palocci lhe transmitiu. Com isto, deu continuidade à política neoliberal inaugurada com o malfadado governo Collor de Mello. Tal significa que estamos há 14 anos caminhando para trás, como caranguejos. Quando a economia mundial retrocede, nós afundamos; quando ela avança, nós nos arrastamos. O único êxito propa-

Mas, pergunto, ele é devido à ousadia e capacidade de previsão dos agentes do mercado, ou simplesmente à decisão estatal de criar a Embraer e a Embrapa? Algum dos nossos sábios economistas do governo já refletiu sobre a importância do investimento em ciência e tecnologia, como fator de crescimento econômico endógeno? A verdade nua e crua é que o governo deste país, como aplicado discípulo do FMI, trabalha conscientemente para defender os interesses dos credores do Estado, notadamente os credores externos, com o miserável argumento de que precisamos de capital externo para crescer. Que o FMI



Quando a economia mundial retrocede, nós afundamos; quando avança, nós nos arrastamos

lado da atual política econômica está em lograr sucessivos recordes em matéria de superávit primário. O de abril alcançou 6,35% do PIB. Com isto, o saldo da dívida pública obteve a formidável baixa de menos de 1%. Para Palocci, deveríamos continuar com esse aperto irresponsável por pelo menos 10 ou 12 anos. Temo que haja aí um erro de conta: para saldar a dívida pública a esse ritmo precisaríamos de pelo menos um século. Como sou muito ignorante em matéria econômica, ficaria satisfeito se alguém da famosa “equipe econômica” me explicasse como é possível haver crescimento econômico sem formação de capital e investimentos produtivos em níveis minimamente satisfatórios. Esqueci-me de mencionar como êxito da atual política econômica os *superávits* da balança comercial!

pregue essa política, bem se compreende, pois ele de há muito abandonou o objetivo com que foi criado em *Bretton Woods*. Mas com isto, objetivamente falando, temos que os direitos fundamentais da pessoa humana em matéria econômica e social são relegados a plano secundário, porque é preciso continuar engordando os que emprestam dinheiro ao Estado. É, no fundo, a mesma argumentação que se usava neste país no século XIX para defender a continuidade da escravidão: sem ela nós afundamos, gritavam os grandes próceres políticos. A sorte dos atuais governantes é que eles vivem no presente. Daqui a 30 anos, se tanto, essa sua política será definida como crime contra o povo, e os responsáveis, tal como os atuais fazendeiros escravistas serão, fatalmente, condenados a pesadas penas. Infelizmente, dada a minha

atual idade, tenho poucas chances de assistir a esse espetáculo confortador. Enquanto isso não ocorre, volto à questão anterior: quem pode, no atual regime constitucional, fazer cessar essa aberração e pedir contas aos culpados? Infelizmente, ninguém. É uma falácia dizer que o povo pode deixar de reeleger os governantes. Todos sabem que, em matéria de políticas públicas, o tempo desperdiçado é irrecuperável.

JE – Em sua *Carta Aberta ao Presidente Lula*, o senhor faz alguns alertas e coloca o Presidente da República na condição de servo da sociedade. O senhor acha que foi ouvido?

FKC – Na essência, o regime democrático supõe que o povo manda e os seus representantes políticos obedecem. É claro que

isto não é propriamente uma servidão (a não ser simbolicamente, no plano moral, como pregou Jesus aos seus discípulos), nem uma relação de patrão a empregado. É, em substância, um poder de controle, como dito acima. Nas grandes empresas, os acionistas não podem (nem devem) imiscuir-se nos assuntos da administração corrente, mas têm todo interesse, sob pena de perda completa do seu capital, em supervisionar a ação dos administradores. Ora, o povo, que é “dono” do país, elege governantes que, utilizando-se dos recursos que o povo lhes dá, fazem o que bem entendem, em proveito de quem quiserem, sem serem obrigados a prestar contas ao mandante. Na vida empresarial, isso dá causa a ações civis e

O MST está levando a sério as exigências constitucionais que, tradicionalmente, nós consideramos uma “perfumaria jurídica”

mesmo penais contra os administradores inescrupulosos. No campo político, não. O povo tinha antes, segundo o antigo ditado popular, o recurso de ir se queixar ao bispo. Agora, com a separação entre a Igreja e o Estado, nem isso é possível...

JE – *Como o senhor avalia a proposta da Reforma do Judiciário?*

FKC – A Reforma Judiciária, agora em discussão avançada no Congresso Nacional, é irrelevante sob certos aspectos e gravemente deletéria sob outros aspectos. É irrelevante quanto ao pretendido controle dos órgãos judiciais, pois este será feito por um conselho composto, em sua maior parte, de representantes do próprio Poder Judiciário. É deletéria, porque, além de não resolver o problema grave da dependência do Judiciário em relação ao Executivo (na nomeação de membros dos tribunais superiores e em matéria de financiamento do Poder como um todo), ainda dá ao Supremo Tribunal Federal o poder de suprimir o princípio do duplo grau de jurisdição, com as famigeradas “súmulas vinculantes”. Ora, até a velhinha de Taubaté sabe que o acúmulo de recursos judiciais nas instâncias superiores tem por causa o abuso recursal dos órgãos estatais, como o INSS ou o Fisco.



JE – *Há quem qualifique a atuação do MST como ilegal e inconstitucional. Qual a sua opinião?*

FKC – Já me pronunciei várias vezes sobre essa questão. Existe entre nós um direito fundamental, que é o direito ao trabalho, muito superior ao direito de propriedade. Os sucessivos governos (o atual menos do que os anteriores, diga-se com justiça) continuam, no entanto, considerando que a propriedade é superior ao trabalho. Por outro lado, quando a Constituição exige que toda, repita-se, toda propriedade cumpra a sua função social (art. 5º, inciso XXIII), e quando ela determina em que casos a função social da propriedade é cumprida em matéria agrária (art. 186), ela está implicitamente exigindo que o Poder Executivo promova as desapropriações rurais, como sanção ao descumprimento da Constituição em matéria de direitos humanos do trabalhador sem terra. O MST, portanto, está levando a sério as exigências constitucionais que, tradicionalmente, nós consideramos uma “perfumaria jurídica”.

JE – *Os movimentos sociais estão indo às ruas por melhores salários e condições de vida. Há quem alerte para “o perigo de um retorno a 64”. O que acha?*

FKC – Como sempre, o nosso atraso cultural em relação aos países ricos é de algumas dezenas de anos. O sucesso ideológico da Comissão Trilateral, nos anos 70 do século XX, consistiu em convencer os países subdesenvolvidos de que as políticas sociais põem em risco a democracia (antigamente, os ideólogos do mundo rico preferiam dizer que elas punham em risco o ca-

pitalismo). Não é que agora, trinta anos depois, resolvemos repetir o mesmo estribilho? Se o desemprego aumenta (nos centros metropolitanos ele já ultrapassa 20% da PEA) e a renda média do trabalhador diminui, o que queriam os “donos do poder” que os trabalhadores fizessem? Que eles invocassem o socorro de Santo Expedito, o santo das causas perdidas?

JE – *O governo vem realizando uma política semelhante ao velho “toma-lá-da-cá”. Há quem aponte como “padrão Sarney”, referindo-se ao fisiologismo. O senhor concorda?*

FKC – Concordo. É por essa razão que precisamos todos trabalhar na organização do poder de controle popular sobre os órgãos do Estado. Os partidos políticos não servem para isso, pois são concorrentes na disputa do poder de governo. Poderíamos começar, por exemplo, por criar um poderoso grupo de pressão, a partir da associação da OAB com a CNBB, num trabalho de fiscalização permanente do governo. Poderíamos também contar com a atuação vigilante da Coordenação dos Movimentos Populares (CMP), que reúne 23 entidades de defesa dos direitos dos mais pobres. O objetivo final é um só: criar em nosso sistema jurídico os instrumentos de controle popular da atuação dos governantes. Uma vez criados esses instrumentos, o grupo de pressão pode desaparecer.

JE – *Que rumos o Governo Lula aponta?*

FKC – Creio que a tendência mais evidente é para uma gestão medíocre da coisa pública. Mas é preciso também reconhecer que,

por mais decepcionante que seja, o Governo Lula é e será muito superior ao Governo FHC, que quebrou as pernas do Estado brasileiro, com a privatização das estatais e o sucateamento dos serviços públicos, além de ter partido a monstruosa dívida pública que sufoca o país.

JE – *Qual sua avaliação de duas décadas de normalidade institucional e democrática, no Brasil?*

FKC – O grande risco atual é a agravação do ceticismo popular em torno do funcionamento das instituições democráticas. É o sentimento paralisante, que já avassala toda a América Latina. De acordo com o relatório de uma pesquisa de opinião pública realizada na região sob o patrocínio do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), 56,3% dos entrevistados declaram ser o desenvolvimento econômico mais importante que a democracia; 54,7% apoiariam um governo autoritário, que fosse capaz de resolver os problemas econômicos do país; e 42,82% concordam que o Presidente da República possa agir contra as leis. Ora, no quadro latino-americano, o Brasil, segundo o instituto chileno *Latinobarómetro*, é o país onde a desconfiança em relação à democracia atingiu o índice mais elevado. Portanto, o alerta está dado: ou bem conseguimos tornar efetiva a soberania do povo, mediante a criação do poder de controle a que acima aludi, ou continuaremos indefinidamente na mão de políticos incompetentes e irresponsáveis, à espera do pior. E aí, nem mesmo Santo Expedito será capaz de nos tirar o buraco. ■

O Governo Lula é e será muito superior ao Governo FHC, que quebrou as pernas do Estado brasileiro

TAXA SELIC Leonardo Condurú*

Taxa de juros: manter ou não o país em comoção?

Os juros mencionados pelo Presidente Lula diziam respeito à Selic, a taxa básica de juros da economia. Utilizada como instrumento primário da política monetária empreendida pelo Banco Central, serve de referência para todas as demais taxas de juros praticadas no mercado financeiro nacional.

O Comitê de Política Monetária (Copom) estabelece a meta para a taxa Selic, tomando como base a previsão de inflação ajustada para o exercício. E tem a prerrogativa de fixar um viés de taxa de juros (de elevação ou de redução), que autoriza o presidente do BC a alterar a meta para a Selic na direção do viés, sempre que alguma mudança significativa na conjuntura econômica for esperada.

A política de estabilização empreendida pelo Governo Federal a partir do Plano Real convergiu para o estabelecimento da sistemática de metas para a inflação, como diretriz para fixação do regime de política monetária, a partir de 1999. Nesse enfoque, assume particular relevância o comportamento futuro do nível de preços que deve ser consistente com as metas estabelecidas.

Por sua vez, sabe-se da teoria econômica¹ que as taxas de juros respondem significativamente às expectativas de inflação e, por conta disso, são um ótimo remédio contra choques inflacionários. Devido a essa característica anticíclica, a taxa Selic adquire importância na economia brasileira e passa a ocupar espaço na mídia

O Presidente Lula declarou, em entrevista ao jornal *O Globo*, de 23 de maio último, que "todos deveríamos ser responsáveis por controlar a inflação e, ao mesmo tempo, fazer o país crescer". Isso permitiria acabar com o que chamou de "comoção nacional sobre juros". O que seria ótimo, não fosse fato sabido que a orientação econômica brasileira tem sido, há anos, direcionada para a estabilização e não para o crescimento.

com a desenvoltura e o desembaraço de uma estrela de cinema.

Alimentando a inflação

Em certas ocasiões, a manutenção de taxa de juros elevada como estratégia de combate à inflação pode fazer a festa de cidadãos comuns e de banqueiros, indistintamente. No caso do investidor comum, porque a re-

muneração líquida das suas economias retidas em fundos de investimentos, do tipo DI, supera, em muito, o rendimento médio das cadernetas de poupança e da inflação, evitando, neste caso, a depreciação de seus ativos pela ação do imposto inflacionário. Quanto aos banqueiros nem se fala, uma vez que a sua taxa mínima de atratividade, ancorada na Selic, lhes propor-

cionam ganhos extraordinários, tendo em vista os elevados *spreads* remuneratórios de suas aplicações, muito superiores aos seus custos de captação.

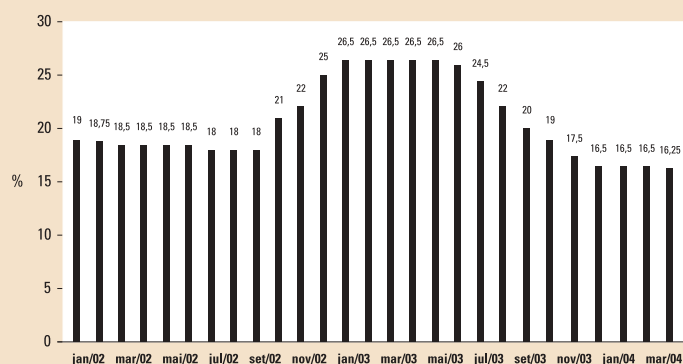
A parte ruim dessa história é que a taxa Selic vem retroalimentando a inflação, inibindo investimentos, transformando empresários em banqueiros, e contribuindo para o aumento do desemprego. Ao se procurar entender as controvérsias que a taxa Selic vem suscitando, é fundamental remeter o debate ao passado recente, para que se conheça em detalhes o que se esconde por trás dessa famosa taxa.

Em 2001, a crise energética doméstica, os ataques terroristas aos Estados Unidos e o *default* argentino desviaram de rota a meta de inflação estabelecida naquele ano. No ano seguinte, ano eleitoral, a meta também não foi alcançada e o choque inflacionário foi muito mais forte. Atribuível este, em grande parte, à incerteza sobre a política econômica do novo governo que se avizinhava e ao aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais (amplificado em função da crise de confiança doméstica). Esse quadro fez eclodir a crise cambial de 2002, levando o dólar a romper a barreira dos R\$ 3,00 e se aproximar perigosamente dos R\$ 4,00.

De fato, a partir do Gráfico 1, pode-se observar a contaminação sofrida pela taxa Selic nesse período, em função da crise mencionada, e que extravasa para o ano seguinte. Cabe ressaltar que, no último trimestre de 2002, a Selic avançou 4 pontos, já com

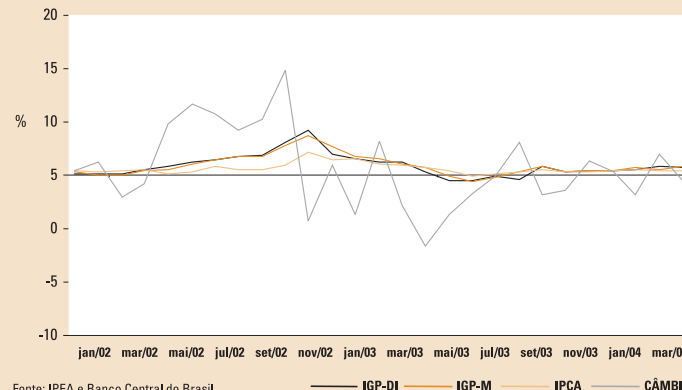


Gráfico 1 - Evolução da Taxa Selic (jan/02 a mar/04)



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 2 - Índices de Preços e Variação Cambial Média (2002 a 2004)



Fonte: IPEA e Banco Central do Brasil

a equipe do novo presidente trabalhando na transição de governo.

Observando o gráfico 2, o leitor poderá perceber, mesmo que de maneira intuitiva, o momento de eclosão da crise cambial de 2002 (coincidente com os resultados das pesquisas eleitorais de junho e julho, que apontavam o então candidato Lula como virtualmente eleito), sua transmissão aos preços no atacado e depois ao consumidor final².

Nó górdio do BC

O tecnicismo do BC ao propagar por taxas de juros elevadíssimas para tratamento de choque de uma inflação de causas díspares³, numa economia estagnada como a brasileira, levou a um aumento desnecessário da dívida pública interna e à percepção, por parte de setor empresarial, de que os indicadores da economia deterioravam-se rapidamente, fazendo crer que o país passava por uma grave crise.

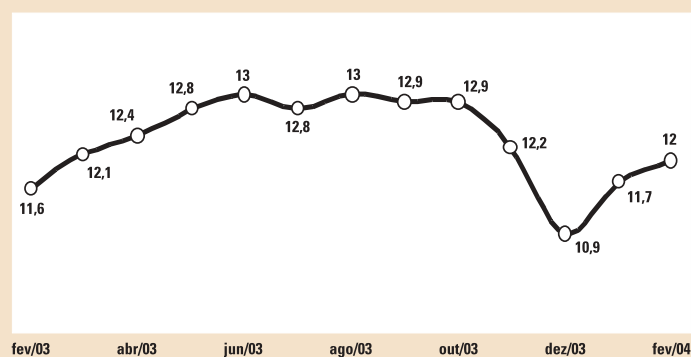
A insistência na colocação de títulos públicos com correção cambial, atrelando parte da dívida interna ao dólar, já onerada pela

dupla correção embutida na Selic, conduziu a resultados já sabidos: desestímulo aos investimentos produtivos, desemprego, inflação e aumento do endividamento (interno e externo), situação herdada, no todo, pelo Governo Lula.

E é aí que reside o nó górdio da atuação do BC: ao criar expectativas perante a opinião pública de que as medidas de política econômica adotadas pelo governo são a semente do progresso e de bons frutos no futuro, comete um erro capital porque se contrapõe àquela diretriz histórica, mencionada no primeiro parágrafo desse texto. E, como se sabe, quando o crescimento econômico é mantido baixo por muito tempo tende a comprometer a própria razão de ser da estabilidade.

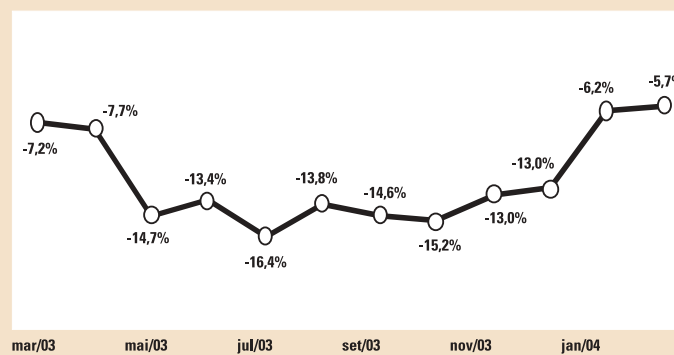
Exceto pelas contas externas, beneficiadas pelo câmbio favorável e sem a volatilidade de antes, o quadro econômico interno agravou-se no primeiro ano do novo governo, como pode ser constatado a partir dos gráficos 3, 4 e 5, com queda acentuada nos investimentos, de 6,6%; no consumo das famílias, de

Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Desemprego (% da PEA)



Fonte: IPEA e Banco Central do Brasil

Gráfico 4 - Rendimento do Trabalho (frente ao mesmo mês do ano anterior)



3,3%, e na renda das famílias, de 13,9% (agravada pelo aumento da carga tributária). O desemprego aumenta para 12% da PEA e o PIB

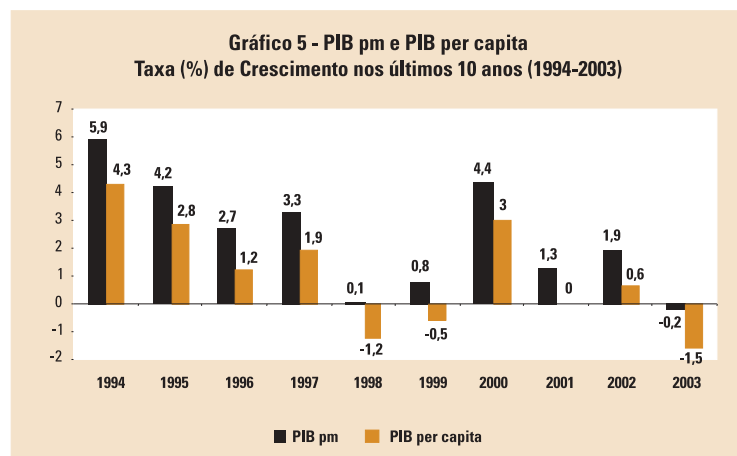
cai 0,2%, o que não acontecia desde 1992, e, em consequência, o PIB *per capita* cai 1,5%, em razão do aumento populacional de 1,3%.

1 Analiticamente, o modelo de comportamento da taxa de juros nominal, no curto prazo, pode ser formulado através da seguinte equação: $r = i - \bar{O}_1 (i_t - i_t^e) + \bar{O}_2 \log(Y_t/Y_t^e) p_t^e$, onde: i_t é a taxa de juros real de longo prazo; $(i_t - i_t^e)$, é a taxa de expansão monetária não antecipada (efeito-liquidez); $\log(Y_t/Y_t^e)$, é o excesso de renda nominal sobre a renda nominal antecipada (efeito-renda); p_t^e , é a taxa esperada de inflação (efeito-expectativa); $\bar{O}_1 > 0$, $\bar{O}_2 > 0$ (coeficientes que dão a magnitude dos efeitos sobre a taxa de juros).

Em um programa de estabilização, quando há aperto monetário (redução da oferta de moeda e do crédito) para o combate à inflação, a taxa de juros nominal inicialmente aumenta devido ao efeito-liquidez. O efeito-renda atua contrariamente ao efeito-liquidez, deprimindo a taxa de juros em virtude da desaceleração inflacionária e da capacidade ociosa que surge na economia, e em determinado momento no tempo preponderará sobre ele e a taxa de juros começa a declinar. A inflação, então cai, e com ela ocorre a reversão das expectativas inflacionárias. O declínio da taxa de juros passa a ser mais rápido até que a nova taxa nominal de juros de longo prazo (r_t) seja atingida. Nesta formulação, a hipótese fisheriana, $r_t = i_t + p_{t+1}^e$ é válida apenas no longo prazo, quando $i_t = i_t^e$, e $Y_t = Y_t^e$.

Ver a respeito, Barbosa, F. H. *A demanda de moeda no Brasil: uma resenha da evidência empírica*.

Pesquisa e Planejamento Econômico, 8: 33-82. 1978. E, ainda, *Inflação, Taxa de Juros e o Fenômeno da Ultrapassagem*. Artigo apresentado em 1981, no II Encontro Latino-Americano de Econometria, no Rio de Janeiro.



Além disso, a Selic permanece em patamares ainda muito elevados.

Somente em virtude da queda do PIB, o Governo Lula terá que crescer a taxas anuais de 3,11%, nos próximos três anos, para obter o mesmo crescimento econômico do Governo FHC, de 2,33% a.a., em seus oito anos de mandato. O que não será nada fácil, mantida a meta do superávit fiscal de 4,25% do PIB e os atuais níveis de taxas de juros para este e os próximos anos.

Diante desse quadro, não estaria o Governo Lula enredado numa armadilha sem saída? É claro que não. Existem alternativas disponíveis para reversão do quadro econômico atual, mas, para buscá-las, o governo terá que medir forças contra adversários poderosos. A esse respeito, têm-se alguns ingredientes para apimentar o debate.

As alternativas disponíveis

No tocante à vulnerabilidade externa e à exposição cambial, a centralização do câmbio por parte do Banco Central poderia ser

um caminho. Com essa medida, seria possível um maior controle à livre movimentação de capitais, com vistas a uma maior seletividade no fluxo de saídas desses recursos; uma gestão mais eficiente dos contratos de empréstimos e financiamentos que oneram a dívida externa, tanto do setor público quanto do setor privado; uma atuação mais rigorosa (ou mesmo intervenção) no mercado de câmbio, tal como vem sendo feito na Malásia, com vistas a inibir movimentos especulativos e a reforçar as reservas internacionais do país (o ágio ou o deságio nas transações com moeda estrangeira, bem como os custos administrativos da intermediação poderiam ser assumidos pelo BC).

Com relação às políticas fiscal e monetária, algumas medidas poderiam ser tomadas: desatrelar da Selic e do câmbio a indexação dos títulos públicos federais, trocando-a por um índice de preços (IGP-DI, por exemplo) ou uma cesta de índices⁴; estabelecer uma política de investimentos em infra-

Quadro 1. Crescimento do PIB - Comparativo entre países

Países emergentes	1º t - 04 / 1º t - 03 (%)	Anualizado (%)
Venezuela	29,8	183,7
Argentina (*)	10,0	46,4
China	9,8	44,8
Malásia	7,6	34,0
Filipinas	6,4	28,2
México	4,6	19,8
Chile	4,5	19,3
Indonésia	4,5	19,3
Brasil	2,7	11,2
África do Sul	1,9	7,8
Países desenvolvidos	(%)	(%)
Inglaterra	3,0	12,6
Espanha	2,8	11,7
Alemanha	1,5	6,1
Japão	1,4	5,6
EUA	1,1	4,4

Fonte: IBGE / Bancos Centrais
(*) Dado preliminar

estrutura e habitação popular, como alternativa para geração emergencial de empregos; definir políticas industriais incentivadas por mecanismos tributários e creditícios (inclusive as destinadas à exportação); cortar custeio em vez de investimentos, no controle do déficit público: as reformas do legislativo e do judiciário, nesse particular, seriam imperiosas, uma vez que são os únicos poderes a dispor de folgas nessa rubrica.

Pesquisas recentes têm apontado queda acentuada na popularidade do Presidente Lula, face à crescente rejeição da opinião pública em relação ao tratamento dado à inflação, aos juros elevados e ao avanço do desemprego, e que nada teria a ver com questões políticas, como se pensava.

Na realidade, a lógica perversa da especulação e da acumulação financeiras fora do escopo produtivo, onde resplandecia a Selic, conduziu o Governo FHC a obter índices de desempenho

econômico muito ruins, que lhe valeram o título de pior presidente do País⁵, na história da república, e que o fizeram abdicar, ofuscado, da sucessão pretendida.

Nesse sentido, o aumento do PIB registrado pelo IBGE no primeiro trimestre de 2004, de 2,7%, relativamente a igual período de 2003, não deveria ser tão enaltecido pelo Governo, uma vez que se mostra tímido, quando comparado com o crescimento de outros países, no mesmo período.

Como se vê, essa tal taxa Selic costuma quimerizar políticos, a exemplo do que ocorreu com o ex-presidente FHC. Ao Presidente Lula, portanto, cabe o dilema de ter de optar por manter a sociedade em estado de “comoção nacional em torno dos juros”, como afirmara, ou por saídas econômicas que não o conduzam na mesma direção trilhada por seu antecessor. ■

*Economista. Correio eletrônico: leocond@br-petrobras.com.br

2 Goldfajn, I. et alli. "Inflation Targeting in Brazil: Lessons and Challenges".

Versão reduzida e atualizada. BCB, 2003. De acordo com esse estudo, a contribuição do repasse cambial para a inflação de 2002 foi de 46%; dos preços administrados, exclusive inércia e câmbio, 15%; dos preços livres, exclusive inércia e câmbio, 31%, e da inércia, 7%.

3 Ibid. O grupo de preços administrados, nesse estudo, corresponde a 30% do IPCA, e inclui combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica, telefonia e ônibus urbano. Nele não foi incluída a taxa de juros Selic, o principal preço administrado da economia. Como se sabe, aqueles preços são fortemente influenciados pelos preços internacionais (com maior repasse da taxa de câmbio), e pela inflação passada (inércia). Assim sendo, não há por que duvidar do perfil da inflação, claramente de custos, submetida a tratamento de choque como se de demanda fosse. E custo vai a preço, mais cedo ou mais tarde. Daí, uma inflação latente atuaria mais adiante, retroalimentando o processo inflacionário e gerando um círculo vicioso indesejado, inerente ao próprio regime de metas de inflação.

4 De acordo com o BC, ao final de 2003, a dívida pública mobiliária federal interna, de R\$ 728 bi, era indexada em cerca de 51%, pela Selic, e em 23,8%, pelo câmbio. Ou seja, somente considerando os juros nominais de curto prazo, uma redução de 1% na Selic, implicaria em R\$ 3,7 bi a menos de dívida.

5 Gonçalves, R. Desempenho presidencial e a herança FHC. *Jornal do Economista*, n° 155, junho/2002. Corecon - RJ.

Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Gastos com Pan maiores que em 2003

Em continuidade ao acompanhamento da preparação dos Jogos do Pan 2007, no Rio, reproduzimos as metas sociais estabelecidas pela prefeitura (D.O de 21 de julho de 2003), que “prevê sua implementação de forma prioritária para comunidades com IDH* até 0,65, em 2007, e 0,75, até 2012”.

- Expansão da Educação Infantil, garantindo as ofertas necessárias de matrículas públicas na Pré-Escola até 2007 e nas Creches até 2012;
- Aumentar a proporção de alunos que concluem a oitava série do ensino fundamental, atingindo 60% em 2007 e 80% em 2012;
- Ampliar ensino fundamental para jovens e adultos com defasagem de aprendizagem: 45.000 matrículas até 2007 e 70.000 até 2012;
- Garantir o acesso à informática nas escolas: 50% das escolas com laboratórios até 2007 e 100% até 2012;
- Expansão do sistema saúde da família: 100% das áreas de IDH abaixo de 0.70 até 2007;
- Universalização do remédio em casa para portadores de doenças crônicas até 2007;
- Introdução do Cartão SUS: 50% até 2007 e 100% até 2012;
- Redução da mortalidade infantil para 18/100.000 até 2007 e 14/100.000 até 2012;
- Redução da gestação de adolescentes até 18, anos em 30% até 2007 e 50% até 2012;
- Expansão do Sistema de Cozinhas Co-

- munitárias, atingindo 50% das comunidades com IDH abaixo de 0.65 em 2007 e 100% em 2012;
- Educação de mães: 40.000 até 2007 e 100.000 até 2012;
- Expansão do Programa de Penas Alternativas: 5.000 atendimentos até 2007 e 10.000 até 2012;
- Expandir a atenção a ex-detentos pelo Projeto Agentes da Liberdade: 15.000 atendimentos até 2007 e 30.000 até 2012;
- Ampliar o programa Favela Bairro para sua terceira etapa, atingindo um bilhão de dólares e um milhão de pessoas;
- Urbanização e integração das comunidades carentes para 50% em 2007 e 100% em 2012;
- Estruturar rede de atendimento para população de rua para cobertura total até 2007;
- Garantir a participação de 40.000 jovens até 2007 e 100.000 até 2012 em programas inclusivos;
- Garantir atenção a crianças até 14 anos, de forma que 100% estejam acolhidas em programas inclusivos até 2007;
- Garantir mínimos sociais para todas as famílias com filhos nas escolas: até 2007 para todas as escolas em comunidades com IDH abaixo 0.65 e até 2012 em 100% das escolas municipais;
- Fortalecer todos os programas voltados para a mulher;
- Estruturar o Programa Geral de Trabalho e Renda para todas as comunidades com IDH menor que 0.65 até 2007 e para todas com IDH até 0.75 em 2012;
- Ampliar o Programa Rio Experiente para todas as comunidades com IDH menor que 0.65 em 2007 e para todas com IDH até 0.75 em 2012;
- Garantir acessibilidade para portadores de

necessidades especiais em 50% da área urbana até 2007 e 100% até 2012;

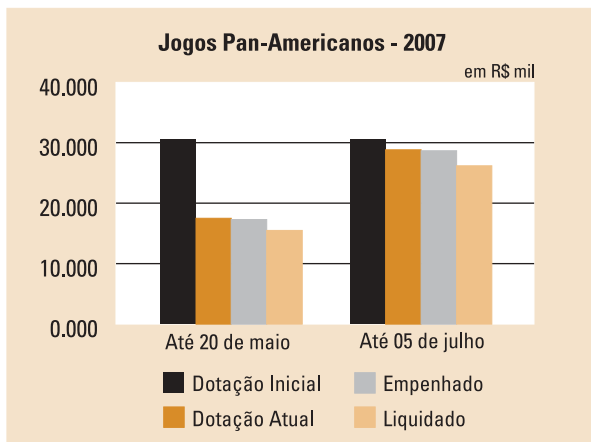
- Consolidar Cadastro Único dos Programas e Projetos Sociais desenvolvido pela prefeitura construindo Porta de Entrada Unificada;
- Ampliar o Projeto Células Culturais para todas as comunidades com IDH 0.65 até 2007 e com IDH 0.75 até 2012.

Gasto já é maior

Conseguimos identificar na Lei Orçamentária vigente alguns programas de trabalho relacionados com as metas da Agenda Social destacadas acima, a saber: “Obras de Urbanização em Comunidades Carentes”; “Desenvolvimento da Informática Educativa”; “Obras e Equipamentos para as Unidades de Educação Infantil”; “Programa de Atendimento a os Jovens e Adultos”; “Programa de Assistência Social para População de Rua” e “Pessoal do Programa Saúde da Família”.

Tentaremos identificar outras rubricas e estaremos acompanhando a execução orçamentária das já identificadas.

Veja a evolução do Programa de Trabalho “Jogos Pan-Americanos”, iniciado no mês passado. Percebemos que do dia 20 de maio até o dia 05 de julho foram liquidados R\$ 10.646.646,10. Desta forma, o total liquidado neste ano já chega a R\$ 26.189.285,30, representando 11% a mais do que o total gasto em 2003, que foi de R\$ 23.613.566,94. ■



Programa de Trabalho “Jogos Pan 2007” em 2004

Período	Até 20 de maio	Até 05 de julho
Dotação Inicial	30.562.851,00	30.562.851,00
Dotação Atual	17.504.542,00	28.877.548,00
Empenhado	17.325.089,47	28.698.095,47
Liquidado	15.542.639,20	26.189.285,30

* Índice de Desenvolvimento Humano

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Economista lança livro sobre a teoria dos jogos

Professor do IE-UFRJ, Ronaldo Fiani lança livro voltado para estudantes de economia e administração.

Em 11 de outubro de 1994, a Real Academia de Ciências da Suécia conferia o Prêmio Nobel de Economia a John Nash, Reinhard Selten e John Harsanyi, “pelas suas análises pioneiras do equilíbrio na teoria dos jogos não cooperativos”.

No comunicado divulgado à imprensa, a Real Academia explicava que “a Teoria dos Jogos se origina do estudo de jogos como o xadrez e o pôquer. Todos sabem que, nesses jogos, os jogadores têm de pensar nos próximos passos – elaborando uma estratégia baseada na expectativa das respostas do(s) outro(s) jogador(es). Essa situação de interação estratégica também caracteriza muitas situa-

ções econômicas, e a Teoria dos Jogos tem provado ser muito útil na análise econômica”.

Era o reconhecimento formal da teoria dos jogos como um instrumento muito importante para a análise de toda uma série de situações de interação estratégica da maior importância, não apenas para o economista, mas também para o administrador de empresas.

Apresentar os conceitos básicos dos jogos para estudantes de administração e economia é um dos principais objetivos do livro *Teoria dos Jogos: para cursos de administração e economia*, lançado há pouco pela Editora Campus. Com 208 páginas, o livro é de autoria do economista Ronaldo

Fiani, professor do Instituto de Economia da UFRJ.

Ex-assessor do Ministério da Fazenda nos anos 1994/95 e da Agência Nacional de Petróleo, durante 2001, Fiani foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, em 2003, quando desenvolveu pesquisa sobre os problemas institucionais do setor de energia, no Brasil.

“O livro apresenta os conceitos fundamentais, de forma a servir como introdução para os estudantes de administração e economia que ainda não tiveram contato com a teoria dos jogos, ou travaram conhecimento com esta teoria apenas nos cursos básicos de microeconomia”, afirma o autor.



Teoria dos Jogos: para cursos de administração e economia
Autor: Ronaldo Fiani
Editora: Campus, Rio de Janeiro.
Ano da edição: 2004
Número de páginas: 208

Questões em foco

Entre as diversas situações que o livro aborda e que ajudam no entendimento e na compreensão sobre a teoria dos jogos constam algumas questões de grande atualidade para o estudo da economia, como, por exemplo:

- Quando a formação de cartel entre empresas de um setor é provável?
- Deve-se ou não levar a sério a ameaça de uma empresa, estabelecida em um setor da economia, de promover uma guerra de preços caso outra empresa entre no seu setor?; e
- Por que as negociações de comércio internacional são tão difíceis e, frequentemente, improdutivas?

Para a professora Anita Kon, da FGV-SP e também da PUC paulista, o livro de Fiani “é uma contribuição para o conhecimento introdutório da teoria e das aplicações empíricas da teoria dos jogos, constituindo-se em instrumento relevante para a análise e tomada de decisões em diversas áreas”.

Já o professor Sergio Bulgacov, da Universidade Federal do Paraná, destaca que “o texto propicia novos espaços, pleno de possibilidades profissionais e acadêmicas, por meio de uma maior compreensão do mundo complexo das organizações”. ■

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE

AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO – Carga horária: 36 horas-aula – **Preço:** R\$340,00

Professor: Eduardo de Sá Fortes - Universidade Candido Mendes

Horário: 19 de julho a 25 de agosto (segundas e quartas-feiras, de 18h45 às 21h30)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA INTRODUÇÃO

AO TEMA E APRESENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO – Carga horária: 24 horas-aula – **Preço:** R\$190,00

Professor: Cláudia Lúcia Bisaggio Soares - Universidade Federal de Santa Catarina

Horário: 13 a 24 de setembro de 2004 (segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30)

O PENSAMENTO ECONÔMICO DE KEYNES - Carga horária: 16 horas-aula – **Preço:** R\$130,00

Professor: João Sicsú - Jennifer Hermann - Antonio José Alves Júnior - Manoel Carlos Pires - Luiz Fernando de Paula - Rogério Sobreira - André Modenesi - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Horário: 14 de setembro a 7 de outubro (terças e quintas-feiras, de 18h45 às 20h30)

ECONOMIA DO BEM-ESTAR, IGUALDADE E POBREZA: UMA LEITURA CRÍTICA – Carga horária: 18 horas-aula – **Preço:** R\$150,00

Professor: João Leonardo Medeiros - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Horário: Início a partir de 13 de outubro - data a confirmar (uma vez por semana, de 18h45 às 21h30)

PRIMEIRA DÉCADA DO PLANO REAL: TEORIAS E EXPERIÊNCIAS – Carga horária: 24 horas-aula – **Preço:** R\$190,00

Professor: André de Mello Modenesi - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Horário: 3 de novembro a 1º de dezembro (segundas e quartas-feiras, 18h45 às 21h30)

MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA – Carga horária: 40 horas-aula – **Preço:** R\$170,00

Professor: Jorge Cláudio - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Antonio Carlos Assumpção - IBMEC

Horário: 25 de outubro a 1º de dezembro (segundas, quartas e sextas-feiras, 18h45 às 20h30)

GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: IMPACTOS E MECANISMOS DE DEFESA – Carga horária: 24 horas-aula – **Preço:** R\$190,00

Professor: João Sicsú e Jennifer Hermann - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Horário: 26 de outubro a 23 de novembro (terças e quintas-feiras, 18h45 às 21h30)

Informações e inscrições na página <http://www.economistas.org.br> ou na

Av. Rio Branco, 109 - 16º andar - Secretária de Cursos - 2232-8178 ramais 45 e 36